

Tomada de Posição dos professores da Escola Secundária Camilo Castelo Branco sobre a avaliação de desempenho docente – Vila Real

Os professores da ESCCB, reunidos em três de Fevereiro para reflectir sobre o modelo de ADD, e tendo consciência de que este é o mesmo modelo de 2008, revestido de roupagem pretensamente uniformizadora mas maquiavelicamente enfermando de defeitos perversos por gerador de injustiças, de falta de equidade e de falta de seriedade numa área tão sensível como é a de avaliar pessoas que trabalham com pessoas, e não com papéis ou qualquer matéria-prima em indústria transformadora, apresentam o seguinte manifesto:

O Estado democrático soçobriria sem a escola.

A sociedade já necessitou de que os professores fossem heróis para que o ensino pudesse ser assegurado nos momentos mais difíceis e nas condições mais adversas, já necessitou que fossem apóstolos para que aceitassem ser mal remunerados, que fossem santos para que nunca faltassem (mesmo quando doentes eles próprios ou algum membro da sua família), que se revelassem sensíveis para que garantissem as funções assistenciais e se substituíssem à família e ao Estado e que, simultaneamente, se mantivessem abertos e flexíveis para aceitarem as novas políticas e as novas disposições governamentais, mesmo as mais ilógicas e infundadas, mesmo as que tentam destruir a escola pública. Pretende-se, agora, impor um modelo de avaliação que exige aos professores ultrapassarem o razoável da condição humana e atinjam a excelência divina sem lhes dar a hipótese de serem excelentes.

A nossa objecção enquanto professores sujeitos a **este processo/modelo** de avaliação deve-se ao facto de o considerarmos injusto, iníquo e gerador de focos de instabilidade. Não há uma hierarquia competente para avaliar: os avaliadores do actual ciclo de avaliação poderão ser avaliados, no próximo, pelos colegas que avaliaram... É óbvio, para quem a seriedade intelectual ainda é um valor, que a avaliação por pares não anda longe da promiscuidade e é causadora de mau ambiente profissional.

Assim:

1 - Interessa fazer saber às pessoas que este modelo de avaliação é _ embora não o único, mas importante _ impedimento à nossa vontade de sermos, realmente e de facto, aquilo que somos: professores.

2 - Infelizmente, de onde deveria partir o apoio, o incentivo e o reconhecimento social, temos visto aplicar medidas políticas, e expressar pensamentos, através de palavras e de obras que minorizam os professores, que os denigrem junto da opinião pública, no que constitui o maior ataque às escolas e aos professores perpetrado nas últimas três décadas do chamado Portugal democrático.

3 - Existe na comunidade escolar um sentimento de desânimo, de frustração e de impotência que vai sendo veiculado por todos os colegas, nas conversas que se vão estabelecendo.

4 - Criou-se um clima de competição que liquida o espírito de ajuda e de partilha de conhecimentos e o trabalho colaborativo entre pares, o que provoca focos de instabilidade bem como um crescendo de conflitualidade dentro da escola.

5 - Existe um nítido conflito de interesses gerado nas perspectivas de progressão na carreira de cada docente, já que esta depende não só da sua própria classificação como também da de outros professores da mesma escola, inclusive dos relatores que são muitas vezes oponentes aos mesmos escalões da carreira.

6 - A seis meses de terminar o actual ciclo de avaliação, as escolas ainda desconhecem o sistema de distribuição de quotas para a progressão na carreira docente, sendo expectável que avaliadores e avaliados façam parte do mesmo grupo sujeito a quotas para progressão: esta situação é causadora de mal-estar e de degradação das relações profissionais e de camaradagem, e gerará graves conflitos insanáveis.

7 - Sentimos que estamos a ser obrigados a viver e a ser professores, ou melhor, pseudo-professores, num ambiente crescentemente asfíxiante, que, o que é mais importante, corre o risco de asfixiar também o nosso trabalho _ com repercussões (que tentamos denodadamente minimizar) na formação dos nossos alunos: já não temos tempo para a execução das actividades prioritárias da nossa profissão, de tal modo é absorvente o processo de avaliação do desempenho que nos é imposto, a par de tarefas de carácter administrativo que libertam os serviços e sobrecarregam os professores; não temos direito à família, porque os fins-de-semana são o espaço encontrado para o que deveria ser feito na escola, não temos direito a nós próprios, a um tempo de ócio reparador e necessário ao reforço das energias imprescindíveis ao trabalho com pessoas em crescimento, não com máquinas ou matéria-prima de uma qualquer empresa que visa o lucro através de objectivos cada vez mais distantes do conceito de uma escola que se pretende integradora e multicultural.

8 - Não existe uniformidade, no território português, na aplicação do modelo de avaliação nas diferentes escolas e muito menos no que diz respeito às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, onde não foi adoptado o presente modelo: acrescem as injustiças dentro da mesma classe, dentro do mesmo país.

9 - Convém ressaltar ainda a desigualdade que existe em muitas escolas entre os diferentes docentes avaliados, que é provocada pela ausência de avaliadores pertencentes ao mesmo grupo disciplinar.

Ser professor, hoje, tem cada vez menos a ver com o significado real do ser docente, entenda-se, aquele que educa e ensina.

O que exigimos não é a manutenção de alegados privilégios e interesses cooperativos, não a reivindicação de melhores salários, não turmas com menos alunos, não a exigência de mais quadros interactivos ou de escolas requalificadas e modernizadas.

O que exigimos neste momento é apenas TEMPO PARA ENSINAR, TEMPO PARA OS NOSSOS ALUNOS. Cada hora de aulas com os nossos alunos tem que se alicerçar num trabalho de preparação que implica, no mínimo, outro tanto de duração.

Como PROFESSORES, temos uma imperiosa necessidade de tempo para pesquisar, para ler, para reflectir. Este tempo é imprescindível para, face à vertiginosa evolução do saber, da tecnologia e da ciência, aos cada vez mais diferenciados conjuntos de saberes e idiosincrasias dos nossos alunos, construirmos, aula a aula, quadros orientadores que assegurem que todos os alunos desenvolvem competências que lhes permitam chegar àqueles saberes.

Nós não temos tempo (nem energia) para preparar conscienciosamente as aulas. O tempo que os professores são obrigados a permanecer nas escolas não é rentabilizado a favor dos nossos alunos, porque não há condições físicas e materiais para o fazer. Nós não temos tempo para nos encontrarmos uns com os outros (e a actividade docente é uma actividade relacional por excelência) para partilhar experiências que são sempre uma mais-valia para o processo de enriquecimento de um professor. Nós não temos tempo para nos encontrarmos com nós próprios num quadro de estratégia de auto-formação consistente e estimulante. Nós não temos tempo para conseguir dar respostas eficazes às dificuldades sentidas na sala de aula e à desmotivação crescente dos jovens por falta de perspectivas profissionais e pelas dificuldades das famílias em acompanhar a vida escolar dos filhos.

Exigimos que seja respeitada a nossa categoria profissional. Nós somos professores qualificados e profissionalizados pelo Ministério da Educação, preocupados com actualização permanente. Não deveríamos ser coagidos a exercer funções para as quais não nos sentimos minimamente preparados e para as quais não nos foi dada qualquer tipo de formação, como prometido pelo ME. A nossa categoria profissional não é de avaliador.

Consideramos um desrespeito dos nossos direitos enquanto cidadãos a obrigatoriedade de opinar e de julgar o desempenho profissional de colegas que possuem a mesma categoria profissional, com quem se partilha um viver quotidiano há muito tempo, em alguns casos há mais de duas décadas.

Ser professor é o maior contributo para o progresso dos povos e das nações.

Um professor tem que aprender e estudar o que ensina, o modo de ensinar e tudo (mesmo tudo) sobre os alunos que vão estar sujeitos à sua actividade profissional; mas mesmo assim, um professor nunca está formado, está sempre a aprender, carrega para toda a vida «o fardo de ser aluno dele próprio e de fundamentalmente ter os pés sempre bem-postos na terra e o olhar no futuro».

Não estamos de acordo com esta lei: somos obrigados a cumpri-la enquanto ela existir, mas isso não nos impede de tentar que seja revogada. As leis não são imutáveis e a História está cheia de leis que hoje consideramos verdadeiros atentados contra a dignidade humana. Por isso é **nosso dever moral e ético protestar e fazer-nos ouvir.**

Queremos um debate sério para a nossa avaliação, não a imposição de um processo iníquo cuja perversidade nega a essência da escola.

- Este modelo de ADD gera a consequência imediata de minar a nossa vontade e o nosso alento e está a criar um clima de elevada conflitualidade na escola. Para corroborar a nossa opinião e demonstrar mais claramente a complexidade deste modelo, citamos os nossos colegas da Escola Secundária Infanta D. Maria, de Coimbra, na sua tomada de posição, que evidenciam «A constatação da complexidade deste modelo plasmada em 4 dimensões, 11 domínios, 5 níveis, 34 indicadores e 72 descritores» _ lembramos ainda que a primeira das dimensões, pela sua abrangência relativamente às restantes (reconhecida, aliás, no Despacho 16034) em cujos indicadores se encontra desdobradamente repetida, é objecto de avaliação como se de uma diferente se tratasse... E para atestar a perversidade do modelo voltamos a citar que ele «não

avaliará a qualidade didático-pedagógica dos professores, para além do notório prejuízo de tempo indispensável à preparação das aulas e de investigação pessoal».

O modelo é enganoso porque prevê a existência de 5 menções de classificação do desempenho. No entanto, os descritores relativos à menção de Excelente para as dimensões “Vertente profissional, social e ética” e “ Desenvolvimento do ensino e da aprendizagem”; pressupõem que o professor tem de ser referência em 25 indicadores referidos nesses padrões. Quem será o Super-Professor capaz de ser uma referência para os colegas em todos os indicadores?

Esta complexidade parece propositada para camuflar uma ADD pouco séria, inconsequente e, além disso, barata, pois a generalidade dos avaliadores tem de leccionar as mesmas turmas a que seria obrigado se não tivesse de avaliar colegas... e o ME não gastou “ um cêntimo” a dar formação aos avaliadores, tal como se comprometeu a fazer.

No momento em que o Ministério da Educação e a classe política fazem comparações entre a qualidade do ensino ministrado na Escola Pública e na Escola Privada, verificamos que os métodos de trabalho e os processos de ensino com este modelo se tornam cada vez mais díspares, fazendo com que no ensino privado se caminhe para a obtenção de excelentes resultados a nível da avaliação externa e na escola pública se caminhe para a mediocridade. Na escola privada sobrevaloriza-se a função de professor prevista em alguns indicadores da “ Dimensão do desenvolvimento e da aprendizagem”, enquanto os professores da escola pública são obrigados a dispersar-se por mais três dimensões que pouco ou nada contribuem para o sucesso dos alunos e para o desenvolvimento profissional dos docentes.

Face a todo o exposto, rejeitamos, desde já, qualquer responsabilidade pelos efeitos negativos que este modelo de ADD venha a ter na qualidade das escolas, e sobretudo, na qualidade das aprendizagens dos nossos alunos. Manifestamos o nosso veemente repúdio pelas medidas implementadas. Não temos carisma, personalidade e muito menos formação para cruzar os braços perante o aniquilamento do que é pedagógico e humano na profissão docente. Não podemos aceitar a tentativa de transformar os professores em simples fiéis executores acéfalos, impávidos na desconsideração a que a docência tem vindo a ser sujeita pela tutela, autêntica deflação do valor do professor.

Exigimos que este modelo seja suspenso e substituído por um outro, simplificado, de aplicação exequível, digno e justo da grandeza que é SER PROFESSOR.

Dado que em 2010/2011 a progressão na carreira está congelada, propõe-se que neste último ano do biénio se suspenda este processo e se construa um modelo de avaliação que seja: formativo, justo, eficaz e que promova com equidade a valorização do professor, direccionado para a melhoria da qualidade do ensino.

Propomos que seja criada uma comissão supra-partidária que se preocupe com o estado da educação em Portugal, numa perspectiva de serviço público intelectualmente sério, e que equacione todos os factores realmente válidos no processo de avaliação.

À comissão proposta apresentamos as seguintes sugestões:

- Um modelo assente em avaliadores reconhecidos pelos seus pares;
- Uma bolsa de avaliadores constituída de forma clara e transparente, com formação adequada e descentralizada;
- Um processo de avaliação coincidente com o último ano de transição de escalão;

À mesma comissão exigimos que promova a feitura de documentos uniformes a nível nacional, evitando as desigualdades, injustiças e discrepâncias, tendo em conta que a classificação profissional dos professores é bonificada para efeitos de concurso, pela atribuição das menções de Excelente e Muito Bom,

Face ao exposto, os professores, abaixo assinados, da Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real, exigem a suspensão imediata deste modelo e caso a sua pretensão não seja aceite reservam-se no direito de tomar medidas mais drásticas.

Este documento será entregue à Direcção da Escola, a quem se solicita que dê conhecimento às seguintes entidades:

Sua Ex.^a a Ministra da Educação

Direcção Regional de Educação do Norte

CCAP

Comissão Parlamentar de Educação da Assembleia da República

